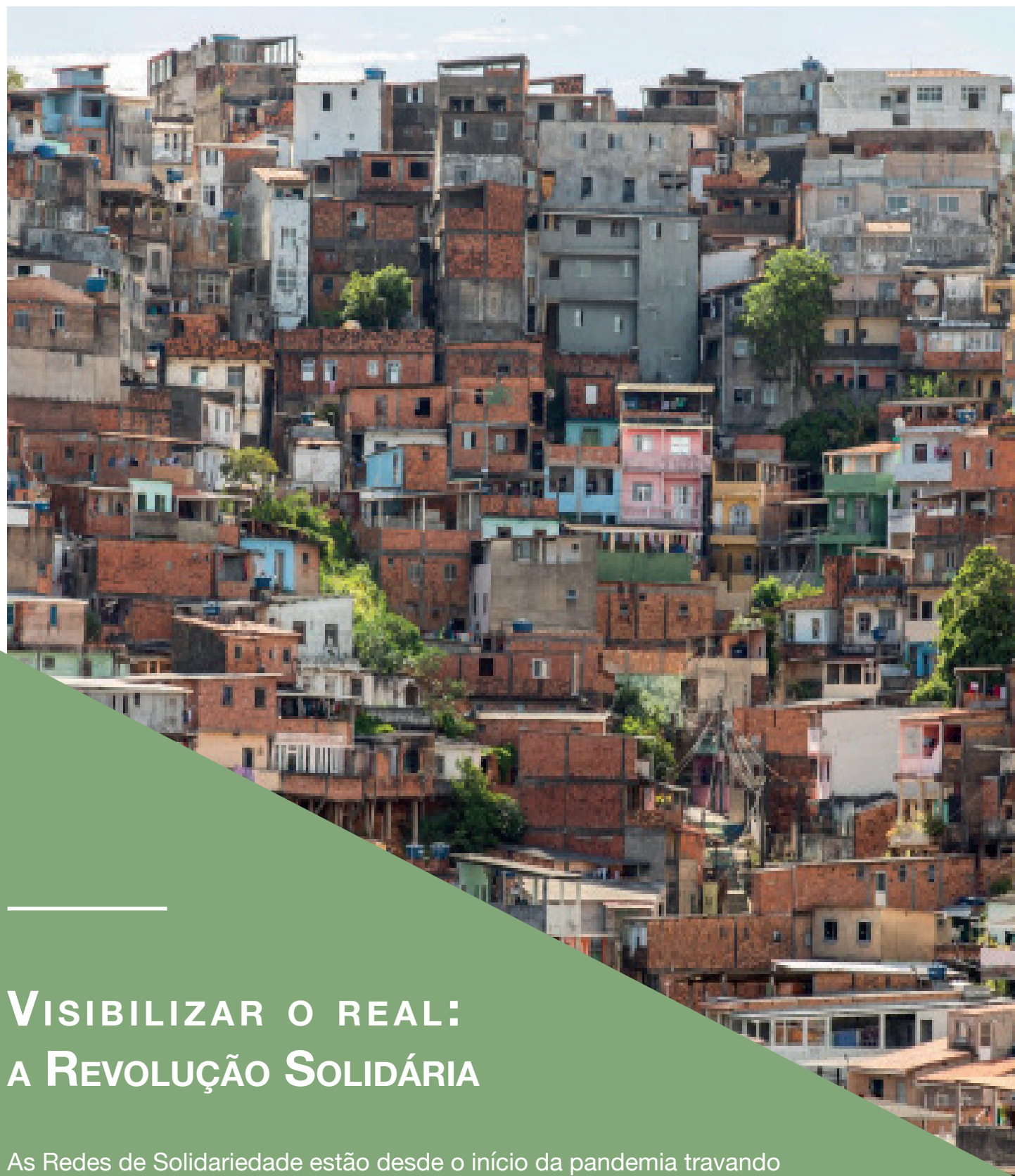


REPORTAGENS FEMINISTAS

Redes de Solidariedade: a revolução solidária no enfrentamento à pandemia no Brasil



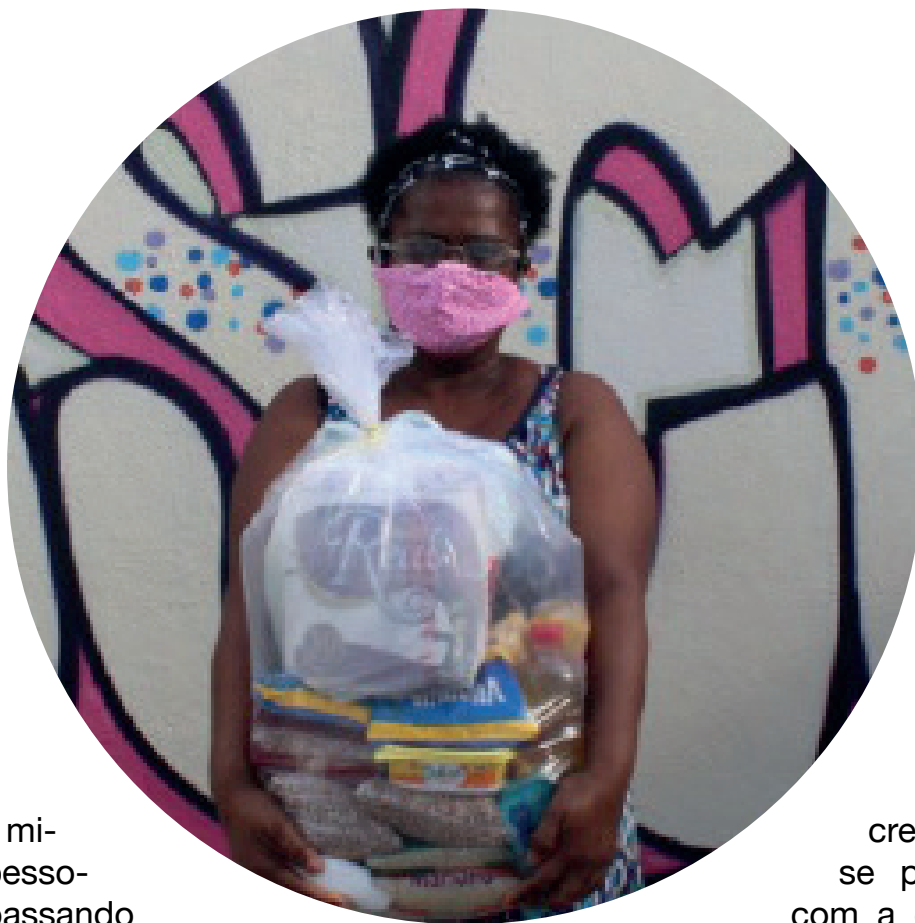
VISIBILIZAR O REAL: A REVOLUÇÃO SOLIDÁRIA

As Redes de Solidariedade estão desde o início da pandemia travando uma batalha para fazer com que milhares de pessoas não sucumbam à fome e ao coronavírus. Ao mesmo tempo em que se mobilizam por recursos para amenizar a fome, seguem na luta em defesa de políticas públicas e para derrubar as estruturas que nos colocaram no abismo das desigualdades sociais.



Em abril de 2020, o SOS Corpo publicou uma reportagem contando como coletivos e organizações dos movimentos sociais estavam levando à frente as ações de solidariedade à quem se encontrava em risco iminente diante da pandemia do coronavírus. Um ano depois, ainda são os movimentos sociais que têm lutado contra a pandemia e o pandemônio, através de ações políticas e de solidariedade, tentando a cada dia, ajudar quem mais tem estado em situação de desproteção social diante da maior crise sanitária, social e política dos últimos tempos. Num ano de tantas perdas e de um cenário sombrio, foram as ações de solidariedade que puderam ascender a esperança na luta.

Os abismos gerados pelas desigualdades sociais estruturadas pelo capital racista patriarcal, se ampliaram de maneira devastadora. Os efeitos da crise econômica já vinham deixando um rastro de escassez de postos de trabalhos formais, levando a milhares de brasileiras e brasileiros à informalidade. Fechamos o ano de 2020 com 14 milhões de pessoas desempregadas, segundo divulgado pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, do IBGE. A crise do capital e a recessão econômica que enfrentamos desde 2015, agravado no cenário pós-Golpe de 2016, fez com que o desemprego e a fome voltassem a aumentar no país, especialmente nos últimos dois anos, somando ao desmonte das políticas e conselho no âmbito do direito à segurança alimentar e nutricional. As mulheres representaram 65,6% das que perderam o emprego formal durante a pandemia, sem contar as trabalhadoras informais que ficaram sem renda durante o período.



Hoje, 19,1 milhões de pessoas estão passando fome, o que representa 9% da população brasileira.

Os dados são do Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, levantamento realizado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede PESSAN), e alerta para os números vertiginosos de insegurança alimentar que já atingem 116 milhões de pessoas. A situação do país é de crise humanitária pelo contexto de crise pandêmica, mas também pela opção de um modelo econômico que vem destituindo direitos, de uma política de austeridade fiscal que retira os investimentos das políticas públicas, prioriza o capital estrangeiro e privado através das privatizações e que tem gerado o resultado de desumanização

crescente que se potencializou com a chegada da pandemia. Nesse espe-

cial, conversamos com pessoas que estão na construção de quatro diferentes iniciativas que têm agido, nestes últimos 16 meses de pandemia, em Redes de Solidariedade. Atuando principalmente comunidades já empobrecidas por conta das desigualdades estruturais marcadas por classe, gênero e raça, movimentos sociais e articulações como o Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Sem Teto (MTST), a Rede de Mulheres Negras de Pernambuco, o Fórum de Mulheres de Pernambuco (FMPE) e a Articulação Recife de Luta apresentam dimensões importantes na construção de uma revolução solidária - mais do que necessária - para o processo de transformação social que defendemos.

**A POBREZA NÃO É
FRUTO DA
PANDEMIA,
ASSIM COMO NÃO É
FRUTO DA
PANDEMIA O
SURGIMENTO DE 20
NOVOS BILIONÁRIOS
NO BRASIL”**

A pandemia da covid-19 no Brasil fez surgir um novo conjunto de demandas na sociedade, consequências diretas da pandemia. O uso de máscaras, a higienização constante das mãos, distanciamento social e respeitar estas e outras recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) passaram a ser as principais e praticamente as únicas medidas para nos protegermos contra o coronavírus. Contudo, essa nova demanda encontra um Brasil desestruturado, extremamente desigual, uma vez que o acesso à água potável não existe para uma grande parcela da população. O alargamento da situação de fome, apesar da influência direta com as consequências da pandemia, não é fruto dela, como salienta o militante

do Movimento das/os Trabalhadoras/es Sem Teto (MTST) em Pernambuco, Rud Rafael.

“A pobreza não é fruto da pandemia, assim como não é fruto da pandemia o surgimento de vinte novos bilionários no Brasil durante a pandemia. São as raízes do Brasil e as medidas do que agiu em favor dela, em favor da morte, em favor da fome, em favor da pobreza, que geraram o cenário que a gente tem hoje. O cenário que é de volta da carestia, de uma fome absurda voltando às periferias, atingindo as classes populares”, analisou. O MTST é uma das organizações que desde antes da pandemia tem lutado para tirar milhares de famílias das situações de vulnerabilidade que são consequência de estruturas excludentes.



“Na sociedade brasileira, a pandemia de alguma forma se agravou por um contexto de desigualdade dos mais brutais do mundo. Esse é um elemento de crise política, de crise socioeconômica que tava dado na sociedade brasileira, fruto de elementos históricos como patriarcado, como o colonialismo, o neoliberalismo e agora com esse assentamento fundamentalista e autoritário. Então, encontrou no Brasil, um momento extremamente dramático, que fez com que a pandemia tivesse consequências ainda mais graves. A pandemia encontrou o Governo Federal, com sua perspectiva negacionista, de subestimar o seu impacto e de agir concretamente pra que ela se tornasse um genocídio”, emendou o educador.

De acordo com Rud, a pandemia tem colocado como aprendizado para os movimentos sociais a urgência e a necessidade real de uma revolução solidária no Brasil. O MTST, que coloca a solidariedade de classe como política de atuação do movimento, alia a defesa e fortalecimento de políticas públicas com ações como a campanha Periferia Sem Fome, lançada em 2019. Desde o início da pandemia, o movimento construiu um fundo que arrecadou recursos que possibilitaram distribuir mais de duzentas toneladas de alimentos às famílias das ocupações e das periferias, além de ter criado cooperativas de produção de máscaras e de ampliação das cozinhas solidárias.



“

“Agora a gente está com a campanha que visa tornar as cozinhas solidárias uma política territorial do MTST, pautando a questão dos direitos, de que a vida deve estar acima do lucro e de que a gente precisa pensar e retomar um pensamento sistêmico por parte dos movimentos sociais. Não dá pra passar por essa pandemia sem sepultar o neoliberalismo, sem sepultar o patriarcado, sem sepultar o colonialismo. A gente entende que ser solidário hoje é ser solidário na perspectiva de classe, de raça e de gênero, enfrentando essas desigualdades estruturais e criando uma outra lógica de viver em sociedade. Não dá mais para pensar que a gente quer um novo normal, de voltar às condições que a gente vivia antes. A gente quer resgatar um sentido de esperança, de utopia, que mostre que os movimentos sociais são capazes de pensar um novo sistema focado e calcado na ideia de vida, na ideia de comuns, na ideia de coletividade e de solidariedade”, enfatizou.



A PANDEMIA E A FOME TEM COR E TEM GÊNERO DEFINIDOS

Ainda segundo dados do Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, 11% das famílias que hoje passam fome no país são chefiadas por mulheres, enquanto que nas famílias em que o homem é o responsável, esse percentual é de 7,7%. 10,7% de famílias pretas e pardas estão em situação de fome enquanto a situação é a mesma em 7,5% de famílias brancas. Essa desigualdade marcada pelo sistema racista é vista também na quantidade de pessoas negras que estão sendo vacinadas pelo Plano Nacional de Imunização (PNI). Como revelou reportagem do site A Pública, há mais pessoas brancas do que negras vacinadas no Brasil. Até 14 de março, quando o país

registrava 4,5% de pessoas imunizadas, cerca de 3,2 milhões de pessoas brancas e 1,7 milhões de pessoas negras haviam tomado a 1ª dose da vacina. A pandemia e a fome tem cor e tem gênero definidos.

“Essa conta matemática não fecha no sentido de ‘estamos todos no mesmo barco’, como dizem por aí. Há dois barcos diferentes: um barco onde está lotado de recursos, de alimentos, de dinheiro e um outro barco, que só tem gente pobre e preta se afundando. Isso é a realidade”, expôs Rosa Marques, da Rede de Mulheres Negras de Pernambuco. De acordo com a socióloga, o fim do auxílio emergencial de R\$ 600 foi um dos agravantes para que mais mulheres negras e populares estejam em situação de fome e insegurança alimentar.



O benefício, conquistado depois de muita pressão dos movimentos sociais junto à oposição no Congresso, foi reduzido a R\$300 nos quatro últimos meses de 2020. Após muita lentidão e falta de vontade política do governo Bolsonaro, o pagamento do auxílio foi retomado em 2021, somente no início deste mês de abril, mas com valores muito aquém da realidade das mulheres negras e populares, as que mais precisam de um apoio nesta crise. O atual valor que vai de R\$150 a R\$375 não condiz com a realidade de alta de preços dos alimentos. A nova rodada do auxílio emergencial ainda deixou mais de 20 milhões de pessoas de fora, mesmo com um saldo R\$ 28,9 bilhões nos cofres públicos, previstos no Orçamento Geral da União que destinou mais de R\$80 bilhões para conter os efeitos da pandemia, de acordo com estudo do INESC - Instituto de Estudos Socioeconômicos.

“A importância desse auxílio emergencial, da gente ter uma renda básica nesse momento é fundamental para que as nossas mulheres não sucumbam, porque estamos numa luta para buscar fundos para que a gente consiga o mínimo do mínimo, que é uma cesta básica. E o aluguel quem é que paga? E a roupa das crianças, e a energia quem é que paga? Não há dinheiro para pagar isso?”, questiona Rosa Marques. A militante da Rede de Mulheres Negras lembra ainda que uma Renda Básica Emergencial contribui não apenas para a aquisição de alimentos, mas que também garante a moradia de milhares de famílias. “O auxílio vem contribuir para que a pessoa não vá morar na rua, para que ela não chegue a um estágio em que ela não deixe de se alimentar, mas também, não seja despejada porque a maioria das mulheres negras não tem casa. Elas vivem de aluguel e quando não vivem de aluguel, elas estão nas casas de palafitas na beira dos rios, na encosta dos morros, sobrevivendo.”, enfatizou.

A Rede de Mulheres Negras de Pernambuco é uma das organizações que, desde março do ano passado, tem buscado fortalecer mulheres negras de diferentes regiões do estado. Através da inscrição em editais e de parceria com organizações não governamentais e outros movimentos sociais, a Rede tem estabelecido algumas estratégias de ação de solidariedade, com o mapeamento e listagem de mulheres e suas famílias, que estão em situação de grave risco. As distribuições de cestas básicas, como colocado por Rosa Marques, é uma ação ainda muito pequena que a sociedade civil pode fazer, mas tem uma importância profunda pela dimensão da solidariedade de classe, que pode sanar um pouco a fome que milhares de mulheres negras e populares têm enfrentado.

“As mulheres estão cada vez mais pobres, cada vez passando fome. É de cortar o coração, mas a nossa estratégia continua. Continuamos buscando parcerias, continuamos

buscando ações individuais, a exemplo com vaquinhas internas e com vaquinhas em âmbito do Nordeste com parcerias. Estamos agora com a Coalizão Negra Por Direitos, através da campanha Tem Gente Com Fome, que está arrecadando recursos e que estão sendo distribuídos em alguns estados do país. Essas ações são importantes, mas a perspectiva de sanar a fome ainda é muito pequena, porque nós não somos o Estado. Nós não somos o governo federal, nós somos apenas uma Rede que se solidariza umas com as outras, que se solidariza com a população negra. Por isso, é fundamental prestarmos atenção nas próximas eleições e ver quem a gente vota. Todas as pessoas têm uma responsabilidade muito grande em relação a isso. Estamos onde estamos porque continuamos perpetuando a classe branca masculina e latifundiária para dizer que nos representa e não nos representam em nada. O resultado está aí”, avaliou Rosa Marques.





A SOLIDARIEDADE COMO POLÍTICA FEMINISTA

O Fórum de Mulheres de Pernambuco começou também em março a organizar suas estratégias de solidariedade. Além do apoio direto de distribuição de alimentos e materiais de higiene para as militantes que vivem em maior situação de fragilidade, ampliou este apoio para as comunidades onde as mulheres residem. Foram distribuídas cestas para mulheres em Jaboatão dos Guararapes, Passarinho, no agreste e no sertão, além de apoio a outras organizações sociais, como o Sindicato das Trabalhadoras Domésticas da Região Metropolitana de Recife e a Rede de Mulheres Negras de Pernambuco. Ainda como ação política, o FMPE produziu manuais de prevenção ao coronavírus, spots de rádio com informações sobre o vírus que foram veiculados em rádios comunitárias e em anuncietas, nos bairros periféricos onde as militantes residem. Organizou também ações políticas de incidência, que denunciaram a falta do abastecimento de água nos

bairros populares e do aumento dos casos de violência doméstica no período. e em anuncietas, nos bairros periféricos onde as militantes residem. Organizou também ações políticas de incidência, que denunciaram a falta do abastecimento de água nos bairros populares e do aumento dos casos de violência doméstica no período.

Segundo Evandra Dantas, moradora do bairro de Passarinho e militante do FMPE há mais de dez anos, a criação da Rede de Solidariedade foi para ajudar as companheiras que perderam suas fontes de renda na pandemia. “A situação das mulheres segue sendo muito difícil, especialmente por conta da situação de desemprego, muitas trabalham como trabalhadoras domésticas e informais que perderam seus trabalhos e estão se mantendo graças ao apoio das cestas básicas que estão sendo distribuídas pelo Fórum, como é aqui com as mulheres que fazem parte do Espaço Mulher”, contou Evandra.

Para a militante, os desafios para a continuidade das ações da Rede de Solidariedade estão na adesão das pessoas à causa. “Acho que hoje o nosso maior desafio é de ter pessoas contribuindo com a causa, que queiram abraçar. No ano passado conseguimos arrecadar recursos e conseguimos chegar em mulheres de vários lugares do estado. Estamos com uma campanha de arrecadação aberta e nossas companheiras, as que perderam os seus empregos, as que tinham suas barraquinhas de venda de pipoca, não estão podendo mais ficar nas ruas, porque o risco de pegar o vírus é muito grande. Então estamos precisando que a solidariedade siga, para que possamos ajudar um número maior de mulheres e suas famílias. A gente sabe que tem muita gente que ajudou ano passado e que agora ficou sem renda também, a situação está difícil pra todo mundo. Mas eu queria deixar um recado para quem puder contribuir com a nossa campanha, que é uma campanha verdadeira e forte, que possa contribuir e ajudar que cheguemos a mais mulheres das comunidades periféricas”, ressaltou.



VISIBILIZAR O REAL: OS DESAFIOS DAS REDES DE SOLIDARIEDADE

Nos primeiros meses da pandemia era bem comum ver a grande mídia repercutir ações de “responsabilidade social” de grandes empresas, como se as ações de distribuir cestas de alimentos em algumas regiões do país fossem feitos heróicos por parte da iniciativa privada, muitas delas, agenciadoras diretas do grande capital e responsáveis pelo alargamento das desigualdades sociais que são sentidas no dia a dia das comunidades. Diferentemente da grande mídia, que lida com as ações de solidariedade como caridade, as estratégias das Redes de Solidariedade pensam e atuam no contexto de forma ampla, apontando a urgência da fome, mas também

que isso só será resolvido através de ações estruturais que contemplem a distribuição de renda, a consolidação de políticas públicas e da reforma agrária, para citar alguns exemplos de democratização dos bens comuns. Assim como as demais organizações já citadas, a Articulação Recife de Luta tem atuado ao longo deste último ano com estratégias que colocam a solidariedade como ação política. Segundo Julia Magnoni, o contexto é reflexo de problemas históricos, como é o caso do déficit do abastecimento de água em alguns bairros do Recife e da Região Metropolitana, ou ainda, o transporte público, que segue lotado e insuficiente para a demanda populacional.



“A ARL tem incidido em ambos esses temas através de monitoramentos populares do abastecimento de água nos territórios e do transporte público coletivo, materiais que têm sido utilizados para incidência junto à Defensoria Pública do Estado para que medidas sejam tomadas pelo poder público”, destacou a comunicadora da Habitat para a Humanidade, uma das organizações que compõem a Articulação Recife de Luta. Em 2020 a ARL lançou uma campanha de arrecadação para levar kits de apoio emergencial com comida, materiais de higiene e limpeza para 400 famílias em 08 territórios do Recife. “Conseguimos captar recursos rapidamente e foi possível expandir para mais famílias e territórios, visto que a demanda e a situação de urgência só crescia”, contou Julia. Ao final do ano, a campanha tinha chegado a 1556 famílias, em 34 territórios da cidade, fruto de muita mobilização coletiva de todas as pessoas e organizações que integram a ARL.

Em 2021, a Articulação está com uma nova etapa da campanha que inicialmente deve atender 400 famílias em contexto de urgência, mas deve ser ampliada devido a grande quantidade de pessoas buscando apoio. “Estamos recebendo ligações todos os dias de lideranças em situações de extrema angústia e preocupação pela quantidade de famílias passando fome”, comentou. Ainda de acordo com a ativista, comunicar a urgência da pandemia e a necessidade de seguirmos sendo solidárias e solidários é um dos grandes desafios que as Redes enfrentam hoje.

“O principal desafio é a saturação das pessoas em relação à pandemia e aos pedidos de doação. As pessoas estão cansadas deste contexto, muitas sentem que a pandemia ficou em 2020. A falsa impressão de que a crise está passando porque diversos setores reabriram também contribui para que as pessoas estejam doando menos. Nosso principal desafio é comunicar a situação de urgência ainda mais intensa que as famílias estão passando este ano. Com o pico em março/abril do número de casos e mortes, conseguimos atingir um número maior de doações, mas manter essa consistência é um

grande desafio”, salientou a ativista.

As Redes de Solidariedade têm encontrado em 2021 alguns desafios para seguir realizando um trabalho que vai muito além do ato de distribuir alimentos para amenizar a fome de milhares de pessoas. Com o agravamento da crise e a total falta de gestão pública para contornar os efeitos da pandemia, são os movimentos sociais e organizações populares que têm lutado para manter a solidariedade de classe, bem como furar a bolha do mundo virtual para mostrar que as mais de 19 milhões de pessoas que hoje estão passando fome no Brasil tem nome e sobrenome.





SOLIDARIEDADE DE CLASSE EM DEFESA DO COMUM

As ações de solidariedade que estão sendo construídas pelos movimentos sociais, urbanos e rurais, coletivos periféricos, redes e fóruns, vem demonstrando a potencialidade dessa ação que é emergencial, para enfrentar o problema real, a fome e a falta de condições financeiras para manter o básico e evitar que essa massa de trabalhadores e trabalhadoras não se transformem em novos sem-teto. Ao mesmo tempo, as iniciativas aliam às ações uma política também imediata a médio e longo prazo, que restabeleça o patamar de direitos, de ter no direito à alimentação, ao trabalho e a renda como horizonte da nossa luta no enfrentamento às desigualdades no contexto de desemprego estrutural, como enfatiza Mércia Alves, assistente social e pesquisadora integrante do SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia.

“As campanhas de entrega de cestas básicas, as cozinhas comunitárias, tem um potencial revolucionário porque afirma a solidariedade entre nós, enquanto classe que

vive do trabalho, que é preciso atuar de forma imediata para sanar a fome de quem tem fome. É uma fome, que como vimos, tem classe, raça e gênero. Em meio às ações de solidariedade política da sociedade civil, através dos coletivos diversos e em diferentes territórios onde a pobreza e a fome se expressam de forma perversa, lidamos com a falta de empatia, desresponsabilização do governo federal, que em nenhum momento do debate sobre o Orçamento para 2021, estabeleceu medidas estratégicas no combate à fome. Muito pelo contrário, há cortes em áreas fundamentais para resgatar o patamar de direitos solapados desde 2016. E os governos estaduais e municipais não apresentam atitudes pró-ativas por meio dos fundos municipais que efetivem ações para combater o desemprego, a pobreza e a fome. Por isso, é importante nos somarmos a luta solidária, mas também às reivindicações para assegurar nos planos locais e estaduais o direito à alimentação como política”, reforçou a assistente social.



De acordo com Mércia Alves, num contexto em que “quem tem fome, tem pressa”, é fundamental que na construção de uma Revolução Solidária, as ações dos movimentos sociais e populares fortaleçam a agricultura familiar, que sigamos na luta em defesa das políticas de distribuição de renda, como a Renda Básica Universal, o fortalecimento do sistema público de saúde, a taxação das grandes fortunas, a reforma agrária, por uma reforma urbana que garanta vida digna com moradia, saneamento básico e acesso à água, como direitos fundamentais. Só com medidas que construam uma sociedade com mais direitos será possível atravessar essa crise sem perdermos mais vidas.



MULHERES: TRINCHEIRAS DE RESISTÊNCIA E REDES DE SOLIDARIEDADE NA PANDEMIA NO BRASIL

O desemprego, a extrema pobreza e a emergência sanitária afetam mais as mulheres no País, que contam com redes de solidariedade e ação política para enfrentar as consequências da crise agravada pela Covid-19.



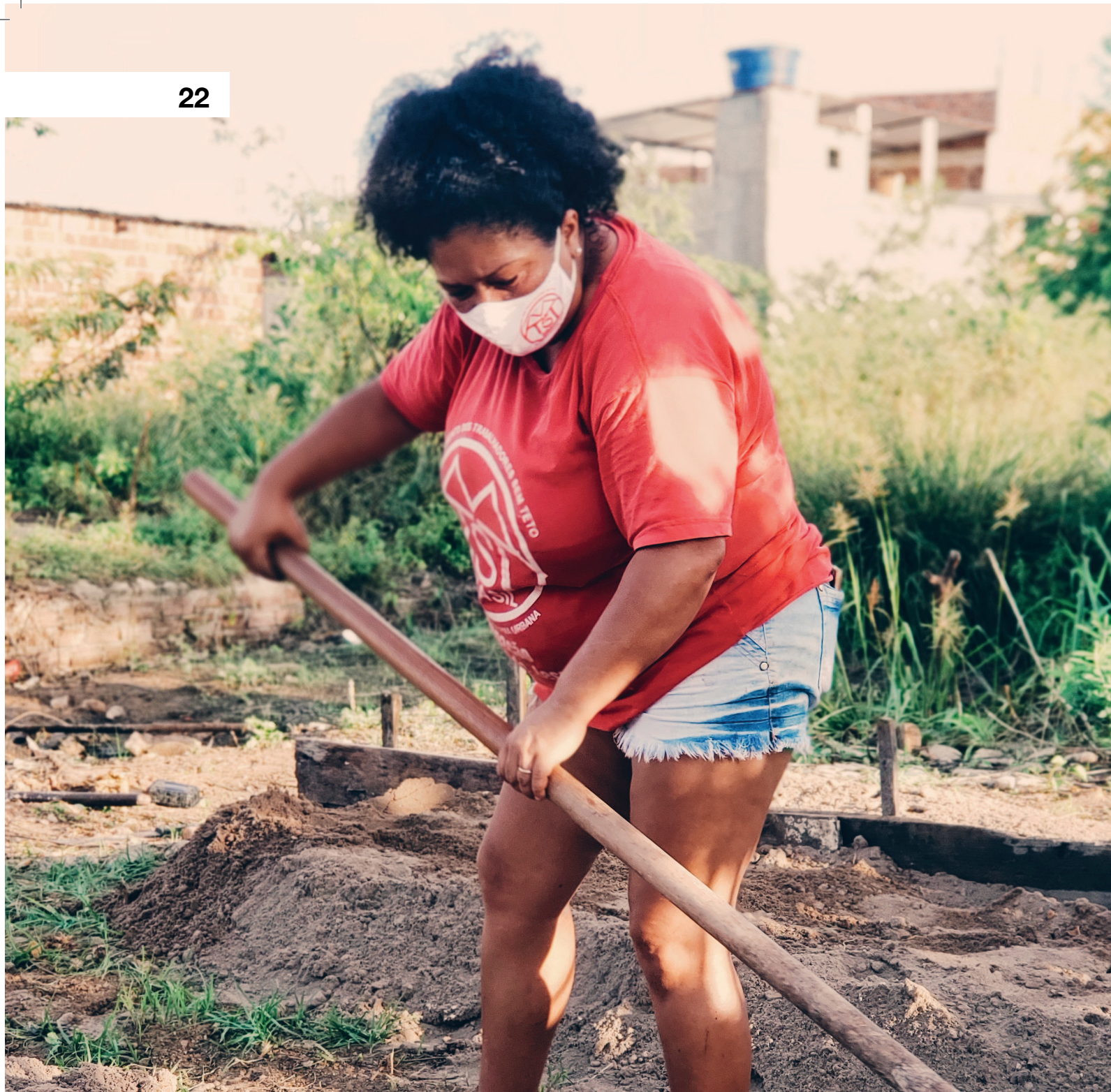
Quem passa em frente ao terreno da Rua Passo da Santa Cruz, na ocupação Aliança com Cristo, no bairro do Jiquiá, no Recife, capital do estado de Pernambuco, olha com curiosidade para o grupo de mulheres ora sentadas em roda embaixo de uma árvore, ora revirando a terra e capinando. Há cerca de um mês, elas começaram a construção de uma horta comunitária no espaço que estava sem uso. Quem mobilizou o grupo foi Elisangela Jesus da Silva, Janja, 42 anos, coordenadora estadual do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) e moradora da ocupação.

Mais conhecida pelo apelido de infância, Janja conta que a ideia da horta nasceu de uma necessidade de fazer algo coletivamente para lidar com o isolamento imposto pela pandemia desde o ano passado. Com uma vida muito ativa social e politicamente, tinha uma rotina de diversas atividades externas, reuniões, mutirões, encontros. A chegada da Covid-19 ao Brasil varreu os momentos coletivos do cotidiano. “Comecei a sentir uma tristeza, estava passando por um processo depressivo. Tinha algo que faltava: a junção com as outras pessoas”, explica.

Sentimentos parecidos atravessaram também a vida de suas companheiras de construção da horta. Enquanto Janja contava do seu processo, outras mulheres assentiram e compartilharam as próprias histórias. “A pandemia afetou muito as pessoas aqui. Quem trabalhava não pôde mais. Ou morre de Covid ou de fome. Muita gente sofrendo porque falta o principal: o alimento. Muitas pessoas pedindo ajuda, voltando a cozinhar com lenha porque ou compra o gás ou compra comida. A situação já estava difícil desde antes, mas piorou muito. Aumentou o número de pessoas pedindo ajuda, cesta básica”, conta Janja.

O relato de Janja ilustra os últimos dados sobre a fome no Brasil. Segundo o Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan), nos últimos meses de 2020, 19 milhões de brasileiras e brasileiros passaram fome e mais da metade dos domicílios no país enfrentam algum grau de insegurança alimentar. De acordo com o levantamento, raça e gênero também são determinantes na ocorrência da fome nos lares. Famílias chefiadas por mulheres enfrentam maior insegurança alimentar do que as chefiadas por homens. O desequilíbrio também é evidenciado quando se compara os lares chefiados por pessoas brancas e negras, estes últimos, ainda mais vulneráveis à insegurança alimentar.





Com o número de pessoas desempregadas em patamar recorde - 14,3 milhões - segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), somado à situação de emergência gerada pela pandemia, as políticas públicas de proteção à população se fazem ainda mais necessárias. No entanto, relatório do Inesc aponta ineficiência do Governo Federal na execução do orçamento destinado a conter as consequências da pandemia. O estudo “Um país sufocado - balanço do Orçamento Geral da União” mostra que o governo brasileiro deixou de gastar R\$ 80,7 bilhões do orçamento previsto. Somente a suspensão do auxílio emergencial deixou R\$ 28,9 bilhões nos cofres públicos, ao mesmo tempo em que 18 milhões de cidadãos foram lançados à situação de extrema pobreza. Programas e políticas voltadas para mulheres, crianças e adolescentes, pessoas indígenas e para a promoção da igualdade racial também tiveram baixo investimento ou foram extintos.



A pouco mais de sete quilômetros da horta que Janja e as companheiras estão construindo, na Vila Santa Luzia, território localizado no bairro da Torre, a educadora social popular e cuidadora Elzanira da Silva, Elza, 56 anos, também dá rosto aos efeitos da crise sanitária, política e social que atinge o País. “Na pandemia, começou a faltar água. Aumentaram os relatos de violência doméstica contra mulheres e crianças e sinto que a comunidade ficou mais empobrecida e com o custo de vida mais alto. A qualidade do estudo das crianças caiu muito e elas estão muito solitárias. Muitas mulheres deprimidas, sem dinheiro para produtos de higiene, sem água: ou a gente cozinha ou toma banho. E nós que somos pobres e pretas sofremos muito mais”, avalia.

Elza, que é estudante de graduação em Serviço

Social e militante do Fórum de Mulheres de Pernambuco e da Rede de Mulheres Negras, perdeu a principal fonte de renda - como cuidadora em hospitais - com a chegada da pandemia; além de ter tido Covid-19, o que gerou novas necessidades de alimentação e de cuidados. O auxílio emergencial disponibilizado pelo Governo Federal no ano passado e a rede de solidariedade de mulheres dos espaços políticos que ela constrói ajudaram a atravessar os períodos mais difíceis. Hoje, com emprego, consegue contribuir com o sustento de outras mulheres da família, mais vulneráveis. “Não preciso ir muito longe para ver a situação de outras. Minha feira é sempre dividida. Na minha vida, vivi três grandes crises. Mas essa, acho que foi a pior. Aqui [na Vila] não tem espaço, não temos quintais, não tem onde plantar para ter algum alimento”, conta.



Para a educadora e assistente social do SOS Corpo - Instituto Feminista para a Democracia Mércia Alves, o cenário é de subjugação da cidadania. “Estamos vivendo um contexto muito desestruturado e desumanizador. É uma situação muito preocupante porque não tem nenhuma medida governamental nem para enfrentar o desemprego, nem a situação de pobreza e extrema pobreza. Nos anos 1990, com a campanha de Betinho contra a fome, o cenário era de crise econômica gritante, com política neoliberal. Mas hoje, temos as crises econômica e sanitária, somadas ao cenário neoliberal, ultraconservador e negacionista. Só piorou”, aponta.

Também militante do Fórum de Mulheres de Pernambuco e da Rede de Mulheres Negras, Mércia classifica a atual situação do país como desalentadora. “As pessoas estão passando fome, agravada com o isolamento, o confinamento, não têm água, não tem saneamento, com moradias precárias. Não têm dinheiro para comprar máscaras, nem existe uma política nacional de vacinação”. Para ela, houve esgarçamento das atividades do cotidiano, com impacto direto sobre a qualidade de vida da população e das mulheres, principalmente. “A sobrecarga do trabalho doméstico ficou visível, além do confinamento, da violência sexual e doméstica, a ausência de trabalho produtivo, tudo isso tem impacto na subjetividade. Também Para as mulheres militantes, que tinham a vida política como um respiro, um partilhamento, e tiveram suas atividades

interditadas e suas habilidades limitadas”, explica.

A avaliação faz eco à experiência de Elza, que diz sentir falta das atividades de militância e das aulas presenciais, relata dificuldades para acompanhar as disciplinas virtualmente e também aponta os efeitos emocionais do isolamento. “As crianças estão perturbadas. As mães sem paciência. Muitas pessoas ansiosas. Eu não consigo dormir. Sinto falta de estar na rua. Para mim, é uma prisão”. Relato similar ao de Janja sobre a vivência na Aliança com Cristo. “Nunca passamos por isso que estamos passando, de isolamento. Tem hora que ninguém aguenta estar com quatro ou cinco crianças em casa. Até as crianças sofreram, tiveram crises de ansiedade. É uma coisa nova para todo mundo”, conta. São consequência de estruturas excludentes.





Foi para driblar o sentimento de desconexão do isolamento e a tristeza com o cenário do país, que Janja articulou a rede de vizinhas para a construção da horta. Em meio a enxadas, mato e terra, elas conversam sobre os problemas cotidianos, o que Janja, única militante organizada do grupo, avalia como um tipo de formação política.

Entre os assuntos na pauta, comenta-se das dificuldades diárias de acesso aos serviços públicos, do impacto da ausência de aulas presenciais para as crianças, dos altos preços dos alimentos e também dos planos para o futuro:

um canteiro de ervas medicinais, uma cozinha comunitária, plantações agroecológicas com sementes crioulas e até intercâmbios com outras comunidades e ocupações, quando possível. “Vamos plantar o que der e distribuir o que colhermos entre as mulheres que estão trabalhando aqui, fornecer para a nossa cozinha e vender o excedente da horta a preço de custo para financiar mais sementes e ferramentas. Também queremos fazer um campinho de futebol e um parquinho para as crianças”, adianta Janja enquanto caminha sobre o terreno no qual deposita esperanças, planos e ação política.



Para Mércia Alves, a resistência à crise se mostra nas trincheiras dos movimentos sociais e também nas redes de solidariedade de classe. “É muito bom a gente perceber e ver, por mais que tenhamos limites de nos organizar e ir pra rua, as ações para ocupar as comunidades e debater a conjuntura; as ações de resistência, como a das mulheres do MTST que foram às ruas no 8 de Março para demandar Renda Básica e moradia, das ações do Fórum de Mulheres, são a utopia. A partir da nossa ação de resistência, mesmo sem a capilaridade necessária, temos que fazer a disputa de narrativa e isso não é fácil. É reconstruir o país”, afirma.

A despeito das crises a serem atravessadas, a esperança resiste.

“Nos próximos dez anos, acho que ainda vamos estar vivendo os impactos disso, mas acredito que Dias Mulheres Virão, para a gente se sentir fortalecida. Como disse Carolina de Jesus: melhor morrer de luta, que de fome”, diz Elza. E quando a palavra é luta, a expressão de Janja se transforma. O sorriso se abre, os ombros relaxam e os olhos brilham. “Política não é só aquele candidato que chega na eleição. Política é lutar por direitos. Por isso, eu me apaixonei por ser militante. Eu só paro quando morrer”.

Visibilizar o Real: A Revolução Solidária
Reportagem de Fran Ribeiro

Fotos: Acervo ARL, Jason Asteros/Habitat for Humanity, Felipão Brito e Larissa Brainer

Mulheres: Trincheiras de Resistência e Redes de Solidariedade na pandemia no Brasil

Reportagem de Larissa Brainer, originalmente publicada na edição nº14 da Revista Bravas/AFM

Fotos: Larissa Brainer/MTST PE

Acesse o site e siga o SOS Corpo nas redes sociais:



www.soscorpo.org

e-mail: comunicacao@soscorpo.org.br

